

Foto: Francisco Emolo/Jornal da USP

Foto: Roberto Galhardo/Prefeitura de Ribeirão Preto



FÓRUM PAULISTA

REALIZADA EM PIRACICABA, 60ª REUNIÃO TEVE 322 PARTICIPANTES DE 45 MUNICÍPIOS

A 60ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, realizada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, no Teatro Erotides de Campos, no Engenho Central, em Piracicaba, teve 322 participantes, entre autoridades, técnicos, empresários e especialistas de 45 municípios paulistas. A solenidade de abertura dos trabalhos, na manhã do dia 26 de fevereiro, foi conduzida pelo secretário de Transporte e Trânsito de Guarulhos e presidente do Fórum Paulista, Atílio André Pereira, e contou com participação do prefeito de Piracicaba, Gabriel Ferrato.

Participaram do ato Alberto Angerami, diretor geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Clodoaldo Pelissioni, secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo; Daniel Annenberg, diretor geral do Departamento Estadual de Trânsito paulista (Detran-SP); Jorge Akira Kobayaski, secretário municipal de Trânsito e Transportes de Piracicaba; o deputado estadual Roberto Morais; o vereador Gilmar Botta, vice-presidente da Câmara Municipal piracicabana; Sandro Garbin, superintendente estadual, e Carlos Henrique de Almeida Custódio, superintendente regional da Caixa Econômica Federal. Participaram também o presidente

EM AGOSTO, RIBEIRÃO PRETO RECEBERÁ A 61ª REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA

Na sessão final do encontro de Piracicaba, o diretor superintendente da Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A (Transerp), William Latuf, convidou todos os secretários e dirigentes a participarem em Ribeirão Preto, no próximo mês de agosto, da 61ª Reunião do Fórum Paulista. As datas exatas do encontro e os temas serão oportunamente divulgados.

da Empresa de Urbanização de Sorocaba (URBES) e do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito, Renato Gianolla, e o diretor superintendente da Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A (Transerp), William Latuf. A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) esteve representada por seu presidente, Ailton Brasiliense Pires, e pelo superintendente Luiz Carlos Mantovani Néspoli.

AGRADECIMENTOS - O presidente do Fórum Paulista, Atílio André Pereira, agradeceu publicamente aos órgãos de governo e entidades públicas e privadas que possibilitaram a realização do encontro. Ele agradeceu também às empresas que expuseram sua marca por meio de estande ou de apoio: Caio Induscar, Caixa Econômica Federal, Digicon, Geocontrol, Hora Park, Serget, Transdata Smart, Tranzum, Tríade Tecnologia e Via Ágil.

FÓRUM PAULISTA

APOIO DOS SECRETÁRIOS PARA RETOMADA DO FÓRUM CONSULTIVO DO CONTRAN

Durante encontro reservado dos secretários na 60ª *Reunião do Fórum Paulista*, foram inicialmente tratados temas relacionados com a gestão do trânsito. Carlos Magno da Silva Oliveira, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), respondeu a perguntas sobre o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), complementando informações de sua apresentação matinal sobre o tema (*veja na página 5*). O Fórum Paulista apoia o Denatran no contato com municípios paulistas que têm recursos a receber pelo Renainf.

Os secretários também discutiram a necessidade de uma melhor compreensão e de eventuais mudanças na Portaria 407/2011 do Denatran, referente à aplicação da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito, conforme artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro; um dos pontos levantados é que os municípios somente poderão investir recursos de multas nos itens descritos na portaria, estando fora, por exemplo, o pagamento de pessoal. O tema foi incluído entre os que seriam discutidos no dia 17 de março de 2015, em reunião de um grupo de secretários representantes dos Fóruns Nacional e Regionais com dirigentes do Denatran, em Brasília, com participação de Ailton Brasiliense Pires, recém-nomeado assessor do presidente do órgão federal, Alberto Angerami.

FÓRUM CONSULTIVO - Ailton Brasiliense aproveitou o debate sobre a Portaria 407/2011 para informar que a reunião de 17 de março faz parte da preparação para a retomada das atividades Fórum Consultivo - organismo com 54 integrantes, dos quais 23 representantes de municípios, que constitui extrato representativo dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), e que, ao lado das Câmaras Temáticas, tem

TEMAS APRESENTADOS E DEBATIDOS EM SESSÕES TÉCNICAS DO FÓRUM PAULISTA

Na primeira sessão técnica da 60ª *Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana*, com participação do secretário Jorge Akira Kobayasky, houve a apresentação do projeto de corredores de ônibus de Piracicaba e informações sobre sistemáticas de financiamento da Caixa. Outras sessões técnicas abordaram o Programa Calçada Segura de São José dos Campos, e o tema da atuação de guardas municipais como agentes de trânsito.

como um de seus objetivos debater e a amadurecer encaminhamentos para questões mais complexas, ajudando o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a formular normas e a elaborar suas resoluções.

O Fórum Consultivo foi criado pela Resolução 142 do Contran, ainda em 2003, quando Ailton Brasiliense era diretor geral do Denatran e presidente do Contran e coordenava uma grande reestruturação do órgão. "No início, o Fórum Consultivo se reunia a cada dois meses; depois, a cada quatro meses e, mais tarde, parou. E parou também porque os senhores, secretários municipais, não se interessaram", disse, reiterando a importância agora do apoio dos municípios à retomada das atividades do órgão e participação efetiva em suas reuniões. O presidente do Fórum Paulista solicitou que os secretários fizessem sugestões para uma proposta de redação visando substituir a Portaria 407/2011, a ser levada ao encontro com o Denatran; ficou decidido que Renato Campestrini coordenaria a recepção das sugestões por e-mail.

ESFORÇO LEGAL - Dulce Lutfalla, da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP) e integrante da Câmara Temática de Esforço Legal, informou que esse colegiado obteve autorização do Contran para reestudar a Resolução 396/2011 sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade; disse que foi produzida uma minuta que, entre outras alterações, retira do texto a obrigatoriedade de que o equipamento esteja visível aos condutores durante a fiscalização.

Informou também que estava encarregada da relatoria de processo sobre a Resolução 471/2013, que regulamenta a fiscalização de trânsito por intermédio de videomonitoramento em estradas e rodovias, tema que seria examinado em reunião da Câmara Temática de Esforço Legal marcada para o final de março; ela pediu aos secretários que apresentassem sugestões para mudança do texto, de modo que também os municípios possam fazer videomonitoramento do trânsito, o que o texto atual não permite.

Conselheira do Cetran-SP, Dulce reiterou que esse órgão é contrário à fiscalização pelos municípios de vagas de estacionamento para idosos e pessoas com deficiência em polos geradores de tráfego privados, como shoppings, supermercados e outros, explicando que esses locais não fazem parte do sistema viário e não apresentam as características de uma via pública, visão que tem respaldo de parecer do especialista Julyver de Araujo, apoiado por unanimidade pelos conselheiros do Cetran-SP.

SECRETÁRIOS TAMBÉM DEBATERAM TARIFAS E PLANOS DE MOBILIDADE

Os secretários utilizaram parte da reunião para debater a necessidade de uma solução definitiva para a questão tarifária, com o estabelecimento de fonte permanente de recursos capazes de suportar gratuidades e reduzir o custo para os usuários dos sistemas de transporte público urbano.

O superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Carlos Mantovani Néspoli, lembrou que está em andamento a formulação do *Estudo técnico sobre cálculo do custo operacional de remuneração do transporte*, iniciativa do GT de Tarifas da ANTP que conta com o apoio da Fórum Nacional, da Frente Nacional de Prefeitos e da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU). Apresentações das linhas gerais do estudo foram programadas para na *85ª Reunião do Fórum Nacional*, em março, em Aracaju, e também para o *III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável*, em abril. A versão final do estudo será divulgada no formato de um livro impresso em uma sessão específica do *20º Congresso da ANTP*, previsto para o período de 23 a 25 de junho de 2015, na cidade paulista de Santos.

PLANO DE MOBILIDADE - Outro tema debatido pelos secretários foi a necessidade de haver maior prazo para que os municípios com mais de 20 mil habitantes possam concluir seus respectivos planos de mobilidade urbana, conforme determina o artigo 24 da Lei de Mobilidade Urbana. A própria lei estabelece que o prazo para que os municípios concluam os planos é de três anos, a contar da data de vigência da lei, ou seja, 12 de abril de 2015. Sem o plano, os municípios não poderão ter acesso a recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Na reunião, vários municípios disseram estar providenciando a elaboração do plano e que, por diferentes motivos, precisarão de um prazo maior. Ponderou-se no debate que, por falta de financiamento federal, muitos municípios deixaram de elaborar seus planos para não reduzir investimentos em outras áreas da administração. Ficou definido que o Fórum Paulista produzirá uma carta endereçada a diferentes autoridades federais defendendo a extensão prazo para a elaboração do plano.

FÓRUM PAULISTA

ATÍLIO ANDRÉ PEREIRA É RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DO FÓRUM PAULISTA

No encontro de Piracicaba, o secretário de Trânsito e Transporte de Guarulhos, Atílio André Pereira, foi reconduzido por aclamação ao cargo de presidente do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, com mandato de dois anos.



Atílio André Pereira

Raquel Auxiliadora Chini, secretária de Transportes da Prefeitura do Balneário da Praia Grande/SP, foi reconduzida ao cargo de vice-presidente de

Transporte. Wilson Folgozi de Brito, secretário de Transportes e Trânsito de Jundiaí/SP, foi eleito vice-presidente de Trânsito.

Atílio André Pereira foi eleito presidente pela primeira vez em fevereiro de 2014, em Guarulhos, durante a *57ª Reunião do Fórum Paulista*; então vice-presidente, ele foi escolhido para concluir o mandato correspondente ao biênio 2013-2014, sucedendo ao engenheiro Dalton Ferraciolli de Assis. Naquela mesma ocasião, Raquel Chini foi eleita vice-presidente, preenchendo o posto antes exercido por Atílio.

COORDENAÇÃO - A equipe de coordenadores regionais passou a ter a seguinte composição: Renato Gianolla, diretor presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social (Urbes) e presidente do Fórum Nacional de Secretários; Nobuo Aoki Xiol, secretário de Transportes da Prefeitura de Mogi das Cruzes/SP; Carlos José Barreiro, diretor presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e secretário de Transportes de Campinas/SP; Luis Marcelo Silva Santos, secretário de Transportes da Prefeitura de São José dos Campos/SP; Epeus Monteiro, diretor de Engenharia de Tráfego da Prefeitura de Santo André/SP; Luis Carlos Scarcella, presidente do Serviço Municipal de Transportes Coletivos de Araras/SP- TCA; Oswaldo de Oliveira Bosquet, secretário Municipal de Assuntos Viários da Prefeitura de Presidente Prudente/SP; Nelson Jorge de Castro, diretor de Trânsito e Transporte de Bertioga/SP; Willian Antônio Latuf, diretor presidente da Empresa Municipal de Transporte Urbano de Ribeirão Preto/SP (Transerp), e Aparecido Capello, secretário de Transporte e Trânsito de São José do Rio Preto/SP.

FÓRUM PAULISTA

PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

O secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, Clodoaldo Pelissioni, fez durante a 60ª



Clodoaldo Pelissioni

Reunião do Fórum Paulista uma apresentação a respeito do sistema metroferroviário e do transporte sobre pneus a cargo de sua pasta e os projetos de ampliação. Informou que há hoje em operação 11 linhas metroferroviárias, com 339 km de extensão, 160 estações, 7,4 milhões de passageiros por dia e 22 municípios atendidos. Os

projetos contratados ou em obras compreendem nove linhas, das quais cinco correspondem a implantações e quatro a ampliações; serão mais 116,5 km de extensão (a extensão total passará a ser de 455,5 km),

85 estações (ao todo serão 245), 213 novos trens. Haverá ainda o sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) entre São Vicente e Santos, com 11,2 km, 15 estações (dois terminais e 13 estações de embarque e desembarque) e 22 trens. Também foi mencionado projeto da iniciativa privada para a ligação ferroviária entre São Paulo e Americana, com nove estações (Água Branca, Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Sumaré, Nova Odessa e Americana), 135 km a serem percorridos em 60 minutos e integração com metrô e trens; custo: R\$ 5 bilhões, com PPP e recursos públicos.

O sistemas sobre pneus correspondem a três corredores da Empresa Metropolitana de Transporte Urbanos (EMTU). O *Corredor CECAP- Vila Galvão*, em Guarulhos-SP, terá 12,3 km, um terminal e 17 pontos de parada. O *Corredor Nova Odessa-Americana* terá 24,3 km, com 40 estações (três terminais, três estações de transferência e 34 pontos de parada). O *Corredor Itapevi-Osasco/Vila Yara* terá 23,6 km de extensão, 38 estações (cinco terminais, uma estação de transferência e 32 pontos).

DIRETOR DESCREVE SERVIÇOS DO DETRAN-SP PARA MUNICÍPIOS

O diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), Daniel Annenberg, descreveu serviços desse departamento para os municípios. Antes, ele tratou de temas nos quais os secretários paulistas estão interessados e que serão aprofundados em futuro encontro da direção do Fórum Paulista com a direção Detran-SP.

Um desses temas é a aplicação da penalidade de advertência por escrito; o diretor explicou como o Detran-SP operacionalizou esse procedimento dentro do Sistema Integrado de Multas (SIM) por meio do módulo denominado *Defesa da Autuação/Advertência por Escrito*. Ele também tratou das dificuldades e desafios para o aproveitamento pelo Detran-SP da vistorias realizadas pelo municípios, dentro de um convênio de transporte escolar. E também discutiu os desafios para implantação do *Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV)*, que estabelecerá o emplacamento eletrônico de todos os veículos no território nacional, com a instalação de placa de identificação veicular eletrônica por radiofrequência (RFID).

SERVIÇOS - Foi apresentada uma sistemática de parceria do Detran-SP com municípios na para implantação e modernização de unidades de atendimento do órgão estadual e de seções; informações sobre esse serviço podem ser obtidas com Frederico Pierotti Arantes, pelo telefone (11) 3627-7860 ou fpantes@sp.gov.br.

Há uma proposta de delegação do serviço de guinchamento e depósito de veículos para municípios, cabendo ao Detran-SP liberar e leiloar os veículos removidos e não reclamados por seus proprietários ou responsáveis no prazo legal. O contato sobre essa tema é com Rosiane Luzia França, Agente Estadual de Trânsito. (11) 7066 e rosiane.franca@sp.gov.br.

Annenberg se referiu ao esforço para redução do número de vítimas de trânsito e descreveu serviços e ações em andamento. Um deles é o fornecimento de informações para a gestão da segurança viária por meio do Observatório Paulista de Trânsito, que tem como coordenador José Antonio Oka, (11) 3627-7038 ou 8738, observatorio@detran.sp.gov.br; o website é www.observatorio.detran.sp.gov.br.

Há o *Programa Direção Segura*, consiste em ações de fiscalização e educação para o trânsito, desenvolvidas pelas Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica; o contato deve ser feito com o coordenador Antonio Carlos Lonel, (11) 3627-7493, e-mail alonel@sp.gov.br.

O diretor falou de quatro projetos de educação no trânsito: *Clube Bem-te-vi*, *Criança segura no trânsito*, *Programa educação viária vital* e *Projeto na Medida*. E disse que a Escola Pública de Trânsito estruturou proposta de curso e fórum para adesão dos municípios; trata-se do *Curso de Segurança Viária*, gratuito, e fóruns sobre regulamentação para motofrete e mototaxi. Essas atividades estão a cargo de Rosana Soares Néspoli; (11) 3627-7454/7405 ou ept.detran@sp.gov.br.

FÓRUM PAULISTA

O REGISTRO NACIONAL DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO (RENAINF) E SEUS DESAFIOS

O coordenador geral de Planejamento Operacional do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Carlos Magno da Silva Oliveira, fez, na 60ª Reunião do Fórum Paulista, em Piracicaba/SP, uma exposição sobre o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf). Ele destacou o fato de órgãos autuadores paulistas estarem deixando de reclamar cerca de R\$ 27 milhões em multas lavradas em outros estados.

Instituído em 2004 pela Resolução 55 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), o Renainf é o sistema que registra e possibilita a notificação da autuação e da penalidade para as multas cometidas em unidade da federação diferente de registro do veículo. O sistema faz com que os municípios tenham garantido o direito de receber as multas arrecadadas fora de sua jurisdição.

O Renainf é integrado a outros dois sistemas: o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e o Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach). O Denatran já iniciou estudo para ampliar o Renainf, agregando a ele outro sistema, denominado Infraest, capacitado a registrar as multas das bases estaduais. "Assim, teremos um sistema amplo, com o qual o Denatran poderá, de uma maneira otimizada, controlar a arrecadação de multas e obter informações para subsidiar políticas públicas na área de trânsito".

DESAFIOS - Carlos Magno disse que o Denatran tem buscado resolver problemas decorrentes da forma como municípios vêm lidando com o Renainf. Um dos aspectos diz respeito à adesão. "Ao aderir ao Sistema Nacional de Trânsito, o município tem também a possibilidade de aderir ao Renainf. Porém, nem todos os municípios integrados ao SNT estão devidamente habilitados no Renainf e esse é um dos nossos desafios". Outro ponto que vem sendo enfrentado é a inadimplência por parte dos Detrans, à exceção do Detran-SP. De modo geral, esses órgãos estaduais arrecadaram a multa e não repassaram o recurso para o município. Para resolver essa situação, Denatran, por meio do Comitê Gestor do Renainf, órgão criado em 2012, está realizando ações diligenciais junto a Detrans, de modo a levá-los a regularizar os pagamentos. Foi dito também que há a omissão de órgãos autuadores estaduais e municipais em solicitar o repasse do valor de multas arrecadadas. Durante a 60ª Reunião do Fórum Paulista, a equipe do

DIRETOR DO DENATRAN PROMETE PRESENÇA FREQUENTE EM REUNIÕES DOS FÓRUNS

Na 60ª Reunião do Fórum Paulista, o diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alberto Angerami, assumiu o compromisso de participar com frequência de reuniões dos Fóruns de Secretários. "Fui nomeado diretor-geral do Denatran em 9 deste mês. Fiz questão de vir para demonstrar que o Denatran, órgão executivo de trânsito, estará, durante a minha gestão, irmanado com todos os senhores para que possamos, na nossa área, propiciar o bem-comum. Estarei presente em outros eventos porque é na ponta que se conhece o problema. Essa será uma marca da minha gestão".



Alberto Angerami

Denatran ficou à disposição para que os municípios presentes ao encontro pudessem individualmente conhecer o valor de eventuais multas a receber, e para esclarecimentos sobre as questões operacionais e como proceder para solicitar o repasse. No caso específico do Estado de São Paulo, dos 645 municípios, 278 estão integrados no SNT e, desses, 207 estão integrados ao Renainf. O DER e municípios paulistas tinham valores a receber registrados no Renainf, atualizados em 31 de janeiro de 2015, da ordem de R\$ 27 milhões. Os principais volumes correspondem ao município de São Paulo, com cerca de R\$ 5,8 milhões; ao DER, com R\$ 2,5 milhões e às prefeituras de Osasco, São José do Rio Preto, São Bernardo do Campo, Guarujá e São José dos Campos.

Carlos Magno diz que há municípios que não sabem como requisitar os valores a que têm direito ou não têm os meios tecnológicos adequados para tanto. "Alguns têm contrato com empresas terceirizadas para gestão das multas que não preveem a solicitação da multa Renainf. Outros não conhecem a sistemática ou não têm funcionários em número suficiente".

Um quarto aspecto problemático apontado por Carlos Magno é a falta de registro de algumas transações no sistema. "O manual é repleto de códigos transacionais e um deles é o código que permite a visualização nesse sistema do pagamento realizado. Às vezes, o Detran faz o repasse ao município e não registra no sistema", disse, assinalando que o Denatran tem buscado atuar para fazer com que órgãos os estaduais passem a registrar adequadamente o valor arrecadado; assim, os órgãos autuadores de municípios e Estados poderão ver no mês seguinte o valor líquido a solicitar.

FÓRUM PAULISTA

1,43 BILHÃO DE VIAGENS A R\$1,8 BILHÃO POR ANO NA CIDADE DE SÃO PAULO

O último dia da 60ª Reunião do Fórum Paulista foi dedicado exclusivamente à discussão de alternativas de financiamento do transporte coletivo, incluindo gratuidades e passe livre. Houve sete exposições sobre o tema. O diretor de gestão econômico-financeira da SPTrans, Aduino Farias, mostrou dados sobre a evolução da divisão do custeio tarifário na capital paulista entre o conjunto dos usuários, os empregadores (via vale-transporte) e o tesouro municipal, de 2004, ano de implantação do Bilhete Único, até 2014, e a situação após o



Aduino Faria

reajuste concedido em 6 de janeiro de 2015. Esses dados revelam que a participação dos usuários caiu de 72% para 53% em dez anos, tendo, contudo, aumentado, com o reajuste de 2015, para 60,58%. Com o vale-transporte a participação dos empregadores caiu de 15% para 11% em uma década, alcançando,

com o recente reajuste, o patamar de 12,16%. Já a participação dos recursos provenientes do orçamento municipal aumentou ao longo dos dez anos do Bilhete Único de 12% para 34%, refluindo para 25,2% com o reajuste de janeiro de 2015.

COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO - Aduino Faria apresentou um quadro da atual composição do subsídio ao usuário com recursos do orçamento municipal, revelando que as políticas sociais, que compreendem o direito constitucional de idosos com mais de 65 anos, somam 133 milhões de embarques por ano, a um custo de R\$ 324 milhões; as gratuidades a idosos entre 60 e 64 anos, benefícios municipais, representam 81 milhões de embarque anuais a um custo de R\$ 198 milhões; e o transporte de pessoas com deficiência, com 101 milhões de embarque por ano, consomem R\$ 246 milhões. As políticas de cunho educacional compreendem: 116 milhões de embarques com custo anual de R\$ 155 milhões referentes a estudantes com desconto de 50%; 153 milhões de embarques, a um custo de R\$ 374 milhões, concernentes a estudantes com isenção de tarifa ou 'passe livre', matriculados nas redes públicas de ensino municipal, estadual ou federal (fundamental e médio); estudantes do ensino superior das redes públicas estadual ou federal com renda familiar per capita inferior a 1,5 salários mínimos; estudantes

CUSTO DA TARIFA SOBE COM CIDADES ESPALHADAS E CONGESTIONADAS

O presidente da ANTP, Ailton Brasiense Pires, afirmou que o custo do transporte nas cidades está relacionado com uma série de questões estruturais que se instalaram e não foram resolvidas no processo de desenvolvimento. Afirmou que as cidades continuaram sendo administradas "da pior maneira possível," com os mais pobres mandados para a periferia, em conjuntos habitacionais construídos em locais em que a infraestrutura urbana é escassa, sendo necessário, depois, levar um sistema transporte público mais em razão das distâncias.

Ele criticou a falta de prioridade para o transporte público no sistema viário, o que acarreta redução da velocidade comercial e aumento de custos operacionais. Além disso, nos últimos 20 anos, na média, o transporte público perdeu 30% da demanda, tendo havido cidades que perderam mais. Assim, uma das razões pelas quais o custo subiu é que boa parte dos passageiros foi embora". A saída, segundo o dirigente, é a adoção de um modelo de cidade que conceba integradamente transporte público, desenvolvimento urbano, plano diretor e trânsito, gerando cidades compactas.

do ensino superior em estabelecimentos privados, com bolsas do PROUNI, FIES, Escola da Família e cotas sociais (renda familiar per capita inferior a 1,5 salários mínimos). Assim, atualmente, o total de políticas sociais e educacionais totalizam 584 milhões de embarques por ano a um custo de R\$ 1,297 bilhão. Já as políticas de transporte, com a cobertura das integrações ônibus-ônibus e ônibus-trilhos, com 848 milhões de embarques, têm custo de R\$ 512 milhões por ano. Somando esses dois grandes grupos, alcança-se um total geral de 1,432 bilhão de embarques a um custo anual de R\$ 1,809 bilhão.

INTERNACIONAL - O diretor mostrou ainda exemplos de cidades do Hemisfério Norte com padrões de subsídio que reduzem consideravelmente as tarifas para o usuário. Ele comentou: "Temos uma estrutura muito simples e muito pobre de financiamento", explicando, com base nos exemplos que apresentou, que grandes cidades possuem um leque maior opções de fontes de custeio, compreendendo recursos dos governos central e regional os quais se somam a verbas dos governos locais, provenientes de taxaço de transações imobiliárias, impostos sobre as atividades do comércio, impostos sobre a gasolina, pedágio urbano, taxaço de estacionamentos públicos, multas de trânsito e contribuição de melhoria.

FÓRUM PAULISTA

GRATUIDADES E DECONTOS SOCIAIS E ESCOLARES EM TRÊS MUNICÍPIOS

Luiz Carlos Scarcella, presidente executivo do Serviço Municipal de Transportes Coletivo, informou que o município de Araras tem 78 ônibus utilizados em 31 linhas urbanas, duas linhas rurais e no transporte de 38 estudantes da zona rural, havendo ainda sete veículos na reserva, com oferta de 308 mil km por mês. Considerando a média mensal dos passageiros transportados em 2014 observa-se esta distribuição: 'integrações' (11,66%), gratuitos (20,51%), estudantes com remuneração pela Secretaria Municipal de Educação (10,21%) e 'pagantes', incluindo dinheiro, vale-transporte e cartão comum (57,62%). As gratuidades: idosos (62,67%), aposentados (17,45%), portadores de deficiência (16,13%) e 'gratuito limite' (3,75%). Houve queda na média mensal de passageiros transportados nos últimos 12 anos; em 2003, foram registrados 623.538 passageiros, com 472.230 pagantes; em 2014, 497.261 passageiros, com 337.393 pagantes.

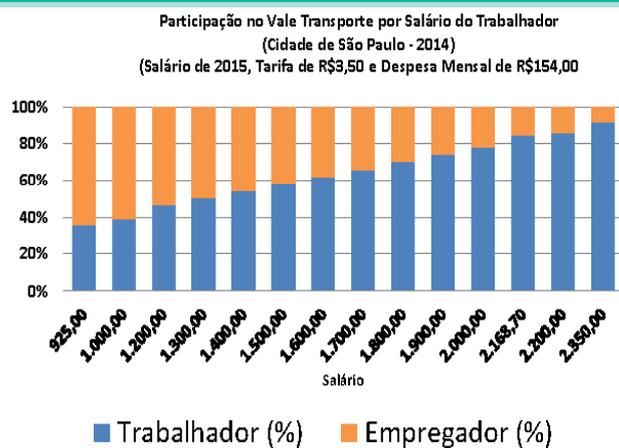
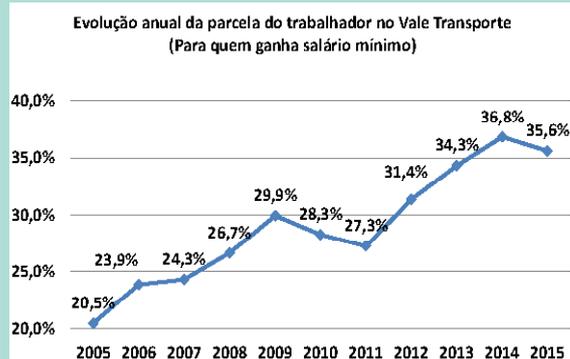
Reynaldo Lapate, analista da Transerp, de Ribeirão Preto, informou que o sistema de seu município conta com 334 ônibus convencionais atuantes em 85 linhas e 24 micro-ônibus do serviço alimentador, com 24 linhas, tarifa básica de R\$ 3,00, ofertando 2,29 milhões de quilômetro mensais, significando o que transporte mensal de 4,85 milhões de passageiros, dos quais 3,3 milhões pagantes, 680 mil são 'integrados' e 868 mil beneficiários de gratuidades. O número mensal de passageiros equivalentes é de 3,21 milhões.

O secretário municipal de Transportes José Ferreira dos Santos disse que o sistema de Suzano possui 120 ônibus, dos quais 50 fabricados em 2012 e outros 70 em 2013, que percorrem todos os dias 29,5 mil km, com o consumo diário de 11,5 mil litros de combustíveis; há 21 linhas em operação, com 32 mil passageiros por dia. Integram também o sistema 147 vans em 16 linhas, que percorrem 43,3 mil km e consomem 7,5 mil litros, transportando 45 mil passageiros por dia. A tarifa básica é de R\$ 2,90. O passe livre estudantil foi criado no dia 19 de março de 2014, com recursos da ordem de R\$ 1,93 milhão por ano e expectativa de atender, em 2015, 10 mil estudantes e moradores em Suzano, matriculados em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, residentes a mais de dois quilômetros de distância da instituição de ensino ou do local de transbordo, como a estação ferroviária.

VALE-TRANSPORTE PRECISA SER REVISTO PARA BENEFICIAR MAIS O TRABALHADOR

Depois de explicar as origens do vale-transporte, que datam de meados dos anos 1980, e o objetivo inicial de favorecer os trabalhadores de mais baixa renda, o superintendente da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Néspoli, afirmou que esse instrumento de subsídio direto ao trabalhador precisa ser revisto, pois as condições da economia e da sociedade se alteraram consideravelmente. "O vale-transporte relaciona tarifa salários e ao longo do tempo essas duas coisas variaram", disse.

O gráfico de cima, com valores equalizados de salários e tarifas, revela que um trabalhador de salário mínimo, nos últimos dez anos, vem pagando mais e o empregador, menos. No gráfico de baixo, considerando valores salariais atuais - do salário mínimo, fixado em R\$ 925,00, até R\$ 2.350,00 que é considerado pelo IBGE o salário médio da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - é possível perceber que quanto mais cresce o salário, aproximando-se da média da RMSP, mais aumenta a participação dos trabalhadores. "Aquele que está dentro do salário médio praticamente arca sozinho com o custo do transporte. Tal política, gerada há 28 anos, tinha como o objetivo fazer com que o empregador financiasse mais o sistema de transporte, mas, hoje, isso está acontecendo cada vez menos", concluiu o superintendente.



FÓRUM PAULISTA

MUNICÍPIOS MOSTRAM DADOS SOBRE REAJUSTES E GRATUIDADES PARA IDOSOS

Em fevereiro de 2015, a Coordenação Ampliada do Fórum Paulista decidiu enviar por e-mail para todos os secretários



Olívia Aroucha

um questionário com quatro perguntas a serem devolvidas das em poucos dias. O questionário foi respondido por onze municípios. Os dados foram tabulados e apresentados na 60ª Reunião Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos por Olívia Aroucha, coordenadora do Grupo de Tarifas da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

REAJUSTES E MANIFESTAÇÕES - A primeira pergunta do levantamento buscava saber se o município havia promovido reajustes tarifários nos seis meses anteriores e quais os índices. Todos responderam afirmativamente e apresentaram os percentuais de reajuste: Cotia (23,1%), Suzano (18,6%), Osasco (16,7%), Praia Grande (13,8%), Rio Claro (13,8%), Jacareí (13,3%), Jundiaí (13,3%), Presidente Prudente (12%), Ribeirão Preto (7,1%) e Sorocaba (6,3%). São José do Rio Preto reajustou o pagamento aos operadores em 5,6%, mas manteve inalterada a tarifa, vigente desde junho de 2012. Sobre a ocorrência de manifestações nas ruas contra o reajuste da tarifa de ônibus, dez municípios responderam afirmativamente, mas assinalaram que foram manifestações com poucas pessoas; o município de Jundiaí informou que não ter registrado manifestações.

IDOSOS - Sobre a concessão de gratuidade para idosos, o levantamento mostrou que cinco dos onze municípios concedem gratuidades para idosos com menos de 65 anos, idade a partir da qual o benefício passa a ser obrigatório de acordo com a Constituição Federal. Cotia garante a gratuidade sem subsídios. Ribeirão Preto concede gratuidade para mulheres a partir do 60 anos, coberta com subsídio cruzado.

LEVANTAMENTO REVELOU DESCONTOS PARA ESTUDANTES E FONTES DE CUSTEIO

Quanto a descontos ou gratuidades para estudantes no sistema de transporte público as situações são variadas. Cotia informou que o transporte é gratuito para alunos de escolas públicas municipais e estaduais nos ensinos fundamental e médio e é oferecido transporte escolar da prefeitura para alunos do ensino básico; o sistema opera com subsídio público parcial (R\$ 580 mil por mês, repassados pela Secretaria Estadual da Educação). Jundiaí mescla subsídios cruzado e público para conceder 50% desconto para todos os estudantes, há transporte escolar da prefeitura para alunos residentes em áreas rurais (recursos proveniente da Secretaria da Educação) e 50 créditos gratuitos mensais para alunos do ensino fundamental público municipal.

Suzano informou que há desconto para estudantes, mas não descreveu a sistemática. Praia Grande e Rio Claro oferecem 50% desconto para todos os estudantes, em ambos os casos, com subsídio cruzado, e Jacareí informou o mesmo índice de desconto, sem identificar a fonte de custeio. Em Sorocaba o desconto é de 55,22% para todos os estudantes, com subsídio público.

Presidente Prudente, com subsídio público, e Ribeirão Preto, com subsídio cruzado, oferecem transporte gratuito para alunos dos ensinos fundamental e médio que estudam a mais de 1 km de casa e 50% desconto para todos os demais estudantes. Em Osasco, há gratuidade para alunos da rede pública, ensino fundamental e médio (cerca de 2 mil alunos) com subsídio cruzado. Com subsídio público, São José do Rio Preto concede 50% desconto para estudantes de famílias com renda até R\$ 2.488,00; 25% desconto para estudantes cuja renda familiar esteja acima de R\$ 2.488,00, e 100% de desconto para alunos de curso técnico.

Sorocaba oferece o benefício custeado por subsídio público. Rio Claro garante gratuidade para pessoas com renda de até três salários mínimos também coberto com subsídio público. Suzano concede gratuidade a quem tem menos de 60 anos, mas não informou a fonte de custeio. Osasco oferece gratuidade para todos os aposentados do município, cobrindo o benefício com subsídio cruzado.



BOLETIM DOS FÓRUNS é uma publicação mensal editada pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) com o objetivo de divulgar as atividades do Fórum Nacional e dos Fóruns Regionais de Secretários e Gestores Públicos de Transporte Urbano e Trânsito. COORDENAÇÃO GERAL - Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP. GRUPO DE EDIÇÃO - Valéria Aguiar, secretária do Fórum Nacional e do Fórum Paulista; Ricardo Mendanha Ladeira, diretor regional da ANTP em Minas Gerais; Alexandre Resende e secretário do Fórum Mineiro; Rosângela Battistella, diretora regional da ANTP no Paraná. EDITOR - Alexandre Asquini